

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital, artigo 128.º/2 do CIRE, acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência, artigo 128.º/3 do CIRE.

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar, artigo 128.º/1 do CIRE:

A proveniência do crédito, data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 04-04-2011, pelas 09:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados, artigo 72.º/6 do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias, artigo 42.º do CIRE, e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias, arts. 40.º e 42 do CIRE.

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil, artigo 25.º/2 do CIRE.

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais, artigo 9.º/1 do CIRE.

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor, artigo 192.º do CIRE.

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz, artigo 193.º do CIRE.

3-02-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Mafalda Santos Silva Rio*. — A Oficial de Justiça, *Manuela Santos*.

304310125

## 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PAÇOS DE FERREIRA

Anúncio n.º 2250/2011

Processo: 991/09.6TBPF-F

Prestação de contas administrador (CIRE)

N/Referência: 3070639

Requerente: Ana Maria Ferreira Monteiro  
Insolvente: Clotheland — Confecções Unipessoal, L.ª

A *Dr.ª Paula Cristina B. Gonçalves*, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o insolvente(o) Clotheland — Confecções Unipessoal, L.ª, NIF — 508700442, Endereço: Rua Nossa Senhora de Fátima, 33, Figueiró, 4590-232 Paços de Ferreira, notificados para

no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

09-02-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Paula Cristina B. Gonçalves*. — O Oficial de Justiça *Manuel de Melo*.

304329923

## 2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PAÇOS DE FERREIRA

Anúncio n.º 2251/2011

**Insolvência pessoa singular (Apresentação)**  
**Processo: 185/11.0TBPF-R**

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

Insolvente: Ana Cristina de Sousa Ferreira

No Tribunal Judicial de Paços de Ferreira, 2.º Juízo de Paços de Ferreira, no dia 03-02-2011, pelas 10:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Ana Cristina de Sousa Ferreira, estado civil: divorciada, nascido(a) em 20-12-1965, freguesia de Seroa [Paços de Ferreira], nacional de Portugal, NIF — 100409482, BI — 7332469, Endereço: Rua Dom Frei Carlos N.º 30, 3.º Esq., 4590-576 Paços de Ferreira com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Rui Manuel Pereira de Almeida, Endereço: Rua 25 de Abril, 299-3.º Dtº Frente, 4420-356 Gondomar — NIF N.º 161022308

Ficam advertidos os credores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter Pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 12-04-2011, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

10-02-2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Francisco Ferreira da Silva*. — O Oficial de Justiça, *Diana Paulino*.

304335325

**Anúncio n.º 2252/2011****Prestação de contas de administrador (CIRE)****Processo n.º 440/10.7TBPR-D**

Requerente: Delfim Pereira Costa.

Insolvente: José Maria Gomes Ribeiro.

O Dr. Dr(a). Francisco Ferreira da Silva, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o insolvente(o) Jose Maria Gomes Ribeiro, estado civil: Casado, nascido(a) em 16-07-1960, natural de Portugal, concelho de Paços de Ferreira, freguesia de Figueiró [Paços de Ferreira], NIF — 130220132, BI — 5941386, Endereço: Lugar de Vila Tinta, Figueiró, 4590-285 Paços de Ferreira notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º, n.º 1, CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

11 de Fevereiro de 2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Francisco Ferreira da Silva*. — O Oficial de Justiça, *Diana Paulino*.

304341246

**2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PAREDES****Anúncio n.º 2253/2011****Processo: 3343/10.1TBPRD — Insolvência pessoa singular (Apresentação) 2.º Juízo Cível**

Insolvente: Manuel Fernando Castro Silva

Insolvente: Manuel Fernando Castro Silva, estado civil: Casado, nascido(a) em 31-08-1941, Endereço: Rua D. Nuno Álvares Pereira, n.º 1783, 1.º, Baltar, 4585-014 Baltar, Paredes.

Administrador de Insolvência: Paulo Manuel Carvalho da Silva, Endereço: Praça Mouzinho de Albuquerque, N.º 113, 5.º S/919, 4100-359 Porto.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: manifesta insuficiência dos bens apreendidos para a massa insolvente para satisfazer as custas do processo e as restantes dívidas, nos termos do artigo 232.º, n.º 2 do CIRE.

Efeitos do encerramento: os elencados no artigo 233.º, n.º 1 e 2 do CIRE.

03-02-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Ana Isabel Canha Machado*. — O Oficial de Justiça, *Tânia Viegas*.

304308393

**1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PONTE DE LIMA****Anúncio n.º 2254/2011****Processo n.º 689/10.2TBPTL-D — Prestação de contas de administrador (CIRE)**

Insolvente: Construções Rendufense Unipessoal., L.ª

Credores: DGCI e outro

O Dr. Dr. Rui Silva Reis, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o insolvente Construções Rendufense Unipessoal., L.ª, NIF — 505984946, Endereço: Rua General Norton de Matos, Apartado 43, 4990-118 Ponte de Lima, notificados para no prazo de 5 dias,

decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

10 de Fevereiro de 2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Rui Silva Reis*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Sousa*.

304335658

**2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PORTIMÃO****Anúncio n.º 2255/2011****Insolvência Pessoa Colectiva (Requerida) n.º 2557/10.9TBPTM**

Requerente: José Domingos & Companhia, L.ª

Insolvente: Virgílio Veiga — Construção Civil Unipessoal, L.ª

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Virgílio Veiga — Construção Civil Unipessoal, L.ª, NIF — 505490935, Endereço: Rua do Mexilhão, N.º 69, Mexilhoeira da Carregação, 8400-000 Lagoa

A.I.: Florentino Matos Luís, Endereço: Av. Almirante Gago Coutinho N.º 48 — A, 1700-031 Lisboa.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da massa insolvente.

Efeitos do encerramento: os constantes do artigo 233.º do CIRE.

2-02-2011. — O Juiz de Direito, *Bruno Jorge Galaz Coelho de Oliveira Pinto*. — O Oficial de Justiça, *Delfina Paula Magalhães Teixeira*.

304304942

**Anúncio n.º 2256/2011****Insolvência Pessoa Colectiva (Requerida) n.º 1699/09.8TBPTM**

Requerente: Dr. Virgolino Serrinho

Insolvente: Urbanização Monte Servo, Limitada

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Urbanização Monte Servo, Limitada, NIF — 500958831, Endereço: Sítio da Alcalar, Restaurante Amadeus, Maxilhoeira Grande, 8500-000 Portimão.

A.I.: Florentino Matos Luís, Endereço: Av. Almirante Gago Coutinho N.º 48 — A, 1700-031 Lisboa.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da massa insolvente.

Efeitos do encerramento: os constantes do artigo 233.º do CIRE.

2-02-2011. — O Juiz de Direito, *Bruno Jorge Galaz Coelho de Oliveira Pinto*. — O Oficial de Justiça, *Delfina Paula Magalhães Teixeira*.

304305039

**Anúncio n.º 2257/2011****Insolvência Pessoa Colectiva (Apresentação) n.º 2025/10.9TBPTM**

Insolvente: Paraíso da Rocha Hotelaria e Turismo L.ª

Credor: Diamantino Martinho Luís e outros

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Paraíso da Rocha Hotelaria e Turismo L.ª, NIF — 503668605, Endereço: Quinta de S. Pedro, Lt. 107, R/c, Mexilhoeira da Carregação, Estombar, 8400-000 Lagoa

A. I.: Florentino Matos Luís, Endereço: Av. Almirante Gago Coutinho N.º 48 — A, 1700-031 Lisboa.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.